

CONHECIMENTO POPULACIONAL SOBRE DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*POPULATION KNOWLEDGE ABOUT ORGAN AND TISSUE DONATION AND
TRANSPLANTATION: LITERATURE REVIEW*

*CONOCIMIENTO DE LA POBLACIÓN SOBRE DONACIÓN Y TRASPLANTE DE
ÓRGANOS Y TEJIDOS: REVISIÓN DE LITERATURA*

Nadilânia Oliveira da Silva¹
Maria Lucilândia de Sousa²
João Cruz Neto³
Carla Andréa Silva Souza⁴
Héryka Laura Calú Alves⁵
Grayce Alencar Albuquerque⁶

Resumo

O transplante de órgãos é opção terapêutica para pacientes com insuficiência funcional terminal de um órgão ou tecido vital. Contudo, a ignorância de familiares de potenciais doadores a respeito do procedimento é uma das principais causas de impedimento do processo. Portanto, esta pesquisa identificou, por meio de produções científicas brasileiras, os conhecimentos da população sobre doação e transplante de órgãos e tecidos, e os fatores associados ao não consentimento da prática. Trata-se de revisão narrativa não sistemática da literatura, feita durante novembro de 2019 através das bases de dados MEDLINE, BDNF e LILACS, indexadas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), a partir dos descritores “obtenção de tecidos e órgãos”, “conhecimento” e “população”. Os dados encontrados foram acrescidos de materiais indicados por especialistas na temática. Dividiram-se os resultados dos estudos em quatro categorias: conhecimento acerca da legislação vigente e decisão a respeito da doação; conhecimento populacional sobre morte encefálica; conhecimento populacional relativo à doação de órgãos e tecidos após parada cardíaca, etc.; meios de informações acerca da doação e do transplante. Conclui-se haver carência de conhecimento da população, bem como de divulgação de informações coerentes sobre o tema para êxito do processo de doação e transplante, que necessita da confiança da população no sistema de saúde, assim como em seus profissionais.

Palavras-chave: obtenção de tecidos e órgãos; transplante; conhecimento.

Abstract

Organ transplantation is a therapeutic option for patients with terminal functional failure of an organ or vital tissue. However, the potential's donors relatives ignorance about the procedure is one of the main causes to the process' hindrance. Therefore, this research identified, through Brazilian scientific productions, the population's

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Enfermagem URCA. E-mail: nadilania1609@gmail.com.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Enfermagem URCA. E-mail: lucilandiasousa18@gmail.com.

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Enfermagem URCA. E-mail: jncruz007@gmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Enfermagem URCA. E-mail: ca896710@gmail.com.

⁵ Enfermeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da URCA, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: herykalaura_@hotmail.com.

⁶ Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. E-mail: geycyenf.ga@gmail.com.

knowledge about organ and tissue donation and transplantation, and the factors associated with the practice's non-consent. This is a non-systematic narrative review of literature conducted during November 2019, through the MEDLINE, BDNF and LILACS databases, indexed in the Virtual Health Library (VHL), from the descriptors "tissue and organ procurement", "knowledge" and "population". The data found were augmented by materials indicated by experts on the subject. The studies' results were divided into four categories: knowledge about the current legislation and decision about donation; population knowledge about brain death; population knowledge about organ and tissue donation after cardiac arrest, etc.; means of information about donation and transplantation. It's concluded that there is population's lack of knowledge, as well as a lack of coherent information's disclosure on the subject for the donation's and transplantation's process success, which requires the population's trust in the health system, as well as in its professionals.

Keywords: tissue and organ procurement; transplantation; knowledge.

Resumen

El trasplante de órganos es opción terapéutica para pacientes con insuficiencia funcional terminal de un órgano o tejido vital. Sin embargo, la falta de conocimiento de familiares de potenciales donantes sobre el procedimiento es una de las principales razones que dificultan el proceso. Por lo tanto, esta investigación evalúa, en publicaciones científicas brasileñas, los conocimientos de la población sobre donación y trasplante de órganos y tejidos, y los factores asociados con el no consentimiento de la práctica. Se trata de una revisión narrativa no sistemática de la literatura, hecha en noviembre de 2019, por medio de las bases de datos MEDLINE, BDNF e LILACS, indexadas en la Biblioteca Virtual de Salud (BVS), a partir de los descriptores "obtención de tejidos y órganos", "conocimiento" y "población". Los datos obtenidos fueron complementados por materiales indicados por especialistas en el tema. Los resultados de los estudios fueron agrupados en cuatro categorías: conocimiento acerca de la legislación vigente y decisión respecto a la donación; conocimiento de la población sobre muerte encefálica; conocimiento de la población sobre donación de órganos y tejidos luego de un paro cardíaco etc.; medios de información sobre donación y trasplante. Se concluye que hay carencia de conocimiento de la población, así como de divulgación de informaciones coherentes sobre el tema, para que se tenga éxito en el proceso de donación y trasplante, el cual requiere de la confianza de la población en el sistema de salud, así como en sus profesionales.

Palabras-clave: obtención de tejidos y órganos; trasplante; conocimiento.

1 Introdução

O transplante de órgãos e tecidos requer vários procedimentos para habilitar um potencial doador (PD) como doador efetivo. O transplante é opção terapêutica para pacientes com insuficiência funcional terminal de um órgão ou tecido vital (ABTO, 2009).

Atualmente, os processos de doação-transplante são regidos pela Lei n.º 9.434, que versa sobre a disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, regulamentados pelo Decreto n.º 9.175, de 18 de outubro de 2017, em que a Lei n.º 10.211, de 2001, determina que a decisão sobre a doação ou não dos órgãos do PD recaia sobre a família do indivíduo (consentimento informado) (BRASIL, 2020; 2017).

Apesar da reconhecida importância, há diversas causas para não efetivação das doações, como a recusa familiar — porquanto o desconhecimento do funcionamento do processo de doação-transplante, a falta de compreensão sobre o diagnóstico de morte encefálica, da declaração de não consentimento em vida, bem como o desconhecimento da

vontade do PD influenciam a decisão de recusar a doação (ABTO, 2017; BOUSSO, 2008; ROSÁRIO *et al.*, 2013; MARINHO, 2018).

Assim, observa-se que o pouco conhecimento demonstrado pela população sobre a doação e o transplante de órgãos — possivelmente resultante da falta de discussão sobre o tema, além da carência de políticas de divulgação de informações corretas a respeito do processo de doação e transplante — está intimamente ligado a não efetivação da conduta (MORAIS; MORAIS, 2012).

Dessa forma, faz-se relevante identificar o conhecimento da população diante do tema, visto ser protagonista para êxito do processo de doação de órgãos e tecidos. Assim, o presente estudo busca identificar nas produções científicas nacionais os conhecimentos apresentados pela população brasileira sobre o doação e transplante de órgãos e tecidos, e sua influência na aceitação ou recusa do processo.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa da literatura, a partir da leitura de materiais científicos, para identificar o conhecimento populacional sobre o processo de doação e transplante. Neste tipo de estudo, a interpretação literária constitui-se da crítica pessoal do pesquisador, sem necessidade do uso de estratégias de buscas refinadas, nem critérios sistemáticos para análise dos dados (ROTHER, 2007).

Em novembro de 2019, empreendeu-se um processo não sistemático de coleta do material. Pesquisaram-se as bases de dados científicas *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Bireme (BDENF), e o índice de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), indexadas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

A pesquisa foi mediada pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) “obtenção de tecidos e órgãos”, “conhecimento” e “população”, e o operador booleano *and*. Selecionaram-se artigos originais completos, atemporais e nos idiomas português, inglês e espanhol. Excluíram-se artigos que abordavam conhecimentos específicos do processo de doação e transplante de profissionais, e acadêmicos da área da saúde, por ser o conhecimento populacional o objetivo desta revisão. Os achados foram complementados com materiais indicados por especialistas na temática. Por fim, a literatura foi categorizada e analisada criticamente.

3 Resultados e discussões

A pesquisa nas bases de dados por meio dos descritores preestabelecidos permitiu verificar a escassez sobre o tema, visto que se encontrou maior prevalência de estudos realizados com estudantes ou profissionais da saúde, que não foram considerados para revisão. Após seleção e leitura de materiais, utilizaram-se apenas sete artigos para elaboração dos resultados.

A partir da leitura dos achados, procedeu-se à identificação dos objetos de estudo e seus resultados, e a partir destes foi possível elaborar quatro categorias discutidas a seguir.

Categoria 1: conhecimento acerca da legislação vigente e decisão acerca da doação

Os processos relacionados à doação e ao transplante de órgãos são regidos pela Lei n.º 9.434/1997, regulamentada pelo Decreto n.º 9.175, de 18 de outubro de 2017. Os critérios de autorização da doação são regidos pela Lei n.º 10.211, de 23 de março de 2001, que aprova a doação consentida, isto é, a decisão quanto a doação dos órgãos do PD cabe ao cônjuge ou parente de maior idade até o segundo grau, firmada por documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte (BRASIL, 1997; 2020; 2017).

Um estudo realizado em Curitiba com 442 participantes analisou diversos aspectos do processo de doação, entre eles o conhecimento populacional quanto a legislação vigente sobre a doação no Brasil, e 60% dos indivíduos relatou não ter conhecimento. Outro questionamento apresentado diz respeito a quem autoriza a doação dos órgãos, e neste quesito 84% dos entrevistados acertaram a resposta, revelando algum conhecimento da população a respeito da legislação (Lei n.º 10.211 de 23 de março de 2001), mesmo que não a conheça na íntegra (BEDENKO *et al.*, 2016).

No estudo de Brandão *et al.* (2016), realizado em Tocantins com 108 estudantes de ensino médio, revelou-se que 5,6% sabiam ser necessário informar à família, como responsável pela autorização, quanto ao desejo de doação. Entretanto, este é um percentual baixo, que mostra a carência de discussão no âmbito familiar, de modo que se esteja ciente da vontade de seus entes queridos para maior receptividade diante da possibilidade da doação de órgãos (MORAIS; MORAIS; MORAIS, 2012).

Categoria 2: Conhecimento populacional sobre Morte Encefálica

O conhecimento do processo de doação e transplante de órgãos está intrinsecamente relacionado ao sucesso do processo (MORAIS; MORAIS, 2012). No mesmo sentido, coloca-se em questão o entendimento específico a respeito da morte encefálica (ME), um dos critérios mais comuns para que ocorra a doação.

A ME é definida como a parada total e irreversível da atividade do tronco e hemisférios cerebrais, resultante de severa agressão no cérebro. A compreensão desse conceito pela família auxilia na tomada de decisão sobre a autorização ou não da doação (CFM, 2017; TEIXEIRA; GONÇALVES; SILVA, 2012).

Entre as principais causas de ME estão o traumatismo cranioencefálico (TCE) e o acidente vascular encefálico (AVE) — o primeiro é prevalente como causa de morte de crianças e adultos jovens. No Brasil, os AVEs e TCEs foram respectivamente 52% e 32% das causas de ME nos doadores em 2016 (ANDRADE, 2009; GARCIA, 2017). Porém, há outras causas, como tumores cerebrais, infecções do sistema nervoso central, e encefalopatia anóxica pós-parada cardiorrespiratória (DALBEM; CARAGNATO, 2010; GARCIA, 2017). Apesar dessas mortes e das condições para doação de órgãos, perde-se potencial público para contemplar filas de espera de transplantes.

Segundo a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), em 2019 foram notificados 11.399 potenciais doadores, dos quais apenas 3.768, cerca de 33%, tornaram-se doadores efetivos. A recusa familiar é das principais causas de não efetivação; entre 6.741 entrevistas, 2.674 (40%) tiveram recusa familiar. Ademais, 1.761 (15%) de transplantes não se efetivaram devido à contraindicação médica, além de 927 (8%) decorrente de parada cardíaca, 865 (8%) devido à morte encefálica não ter sido confirmada e 1.405 (12%) por outras causas (ABTO, 2019).

Pesquisas que investigaram as causas da recusa família apontaram que o desconhecimento sobre a doação e o transplante é uma das principais (FREIRE *et al.*, 2015; ROSÁRIO *et al.*, 2013), corroborando com demais estudos e confirmando a importância da compreensão populacional a respeito da temática.

Um estudo realizado em Belém do Pará com 136 pacientes analisou a influência do conhecimento de morte encefálica sobre a intenção de doação de órgãos. Observou-se que apenas 19,9% compreendiam e aceitavam plenamente o diagnóstico de morte encefálica, e apenas 18,4% do total de participantes confiavam no diagnóstico, visto que o restante acreditava que o médico poderia vir a se equivocar. Além disso, o estudo mostrou que a não confiança no diagnóstico influenciou efetivamente na intenção de doar seus próprios órgãos ou os de parentes próximos (TEIXEIRA; GONÇALVES; SILVA, 2012).

No estudo identificou-se ainda que 23% dos 136 entrevistados não sabia o significado do diagnóstico de morte encefálica, dos quais 57,1% acreditava na possibilidade de reversão deste estado. Portanto, o desconhecimento de um dos requisitos fundamentais da doação de órgãos influencia grandemente todo o processo, assim como a não confiança no sistema de saúde e no diagnóstico médico (GONÇALVES *et al.*, 2012; FELIX; SANTOS, 2015; MARINHO, 2018).

No estudo de Bedenko *et al.* (2016), um dos questionamentos também era em relação ao conhecimento acerca do conceito de morte encefálica, em que se identificou que apenas 50% dos 442 participantes leigos entendiam-no.

Categoria 3: Conhecimento populacional acerca da doação de órgão e tecidos após parada cardíaca e causas no geral

A captação de órgãos para transplante após parada cardíaca é legalmente prevista em quatro diferentes situações: I. Óbito na chegada e II. Ressuscitação sem sucesso, classificadas como doação após morte cardíaca não controlada; III. Aguardando morte cardíaca e IV. Parada cardíaca em doador com morte cerebral, classificadas como doação após morte cardíaca controlada (BEDENKO *et al.*, 2016). Contudo, tal procedimento ainda é pouco praticado no Brasil e há escassez de estudos a respeito.

Um estudo em Curitiba (PR) com 442 participantes analisou o conhecimento populacional acerca da doação de órgão e tecidos após parada cardíaca, e evidenciou desconhecimento populacional ainda maior. Em relação à doação do órgão ou tecido, o grau de instrução, a renda e a religião não influenciaram significativamente a decisão de doar, mostrando que a disseminação do conhecimento referente ao tema é possível para toda a população (BEDENKO *et al.*, 2016).

Um estudo transversal de 2020, com 406 pessoas, investigou o conhecimento populacional sobre a doação de órgão sem especificar a causa e mostrou que 93,10% dos participantes eram favoráveis à doação de órgãos, 73,40% relataram ter manifestado o desejo de doação aos familiares, embora 71,10% acredite na comercialização desses órgãos e tecidos, o que escancara a necessidade de aprofundamento das campanhas e dos informativos como meio para elucidar à população sobre a temática e aumentar as taxas de doadores (SOUZA *et al.*, 2020). Nessa pesquisa, inferiu-se que 26,60% de indivíduos não conversaram com os familiares sobre doação, pois, 31,7% alegaram não saber como se tornar doador, deduzindo-se que as pessoas não sabiam que a família é responsável pela autorização, portanto, não consideraram necessário o diálogo sobre o tema (SOUZA *et al.*, 2020).

Similarmente, um estudo de campo verificou o conhecimento da população do município de Valparaíso (GO) sobre o processo de doação de órgãos. Descobriu-se que 20% dos 50 entrevistados relataram não ter acesso a nenhuma informação sobre o assunto, fato talvez relacionado a 4% contrários a doação e a 10% sem opinião formada sobre o assunto, mostrando a importância de medidas educacionais para mudar esse cenário (FELIX; SANTOS, 2015).

Categoria 4: meios de informações acerca da doação e transplante

Tendo em vista os meios de acesso às informações pertinentes a doação de órgãos e tecidos, a mídia, especialmente a televisão, mostrou-se prevalente, como principal fonte de informação para até 70% dos 50 participantes em um estudo realizado em Goiás, em que apenas 10% recebeu informações sobre o tema através de campanhas educativas (MORAIS; MORAIS, 2012; FELIX; SANTOS, 2015). Esse é um meio essencial para disseminação de informações e esclarecimento de dúvidas da população, quando transmitidas informações coerentes. Contudo, deve-se prezar também pelas políticas públicas direcionadas à população para aproximação do tema.

Em um estudo realizado com estudantes de ensino médio em Tocantins, evidenciou-se que 68% dos participantes adquiriram o conhecimento acerca do tema por meio da internet (BRANDÃO; MOTA; PIZZOLATO, 2016), demonstrando a relevância da internet na disseminação de informações, mas também preocupação quanto a qualidade de tais dados. No mesmo estudo, os estudantes identificaram palestras como a melhor forma de disseminar informações sobre a doação e o transplante de órgãos e tecidos.

Segundo o Manual de Doação e Transplantes, a educação para a população em geral pode ocorrer por meio de debates, palestras, eventos, televisão e rádio, assim como por sites confiáveis de órgãos científicos, e de organizações não governamentais, cujo papel é fundamental para desmistificação do assunto (GARCIA, 2017).

Em 2020, com a pandemia causada pelo novo coronavírus, houve queda do número de transplantes no Brasil, de 15,827 transplantes realizados de janeiro a julho de 2019 para 9,952 no mesmo período de 2020. Com a divulgação desses dados, e assim como em todos os anos, lançou-se também a Campanha Nacional de Incentivo à Doação, cujo slogan foi “Doe órgãos. A vida precisa continuar”. A campanha mostra a relação da espera antes da pandemia com a espera de alguém que aguarda doação para poder simplesmente respirar, além de falar do

apoio dos veículos de comunicação e trazer peças da mídia exterior, da internet e de redes sociais, assim como filme e spot de rádio (BRASIL, 2020).

4 Considerações finais

Diante do exposto, constata-se a relevância do conhecimento populacional e da disseminação de informações coerentes para continuidade e êxito do processo de doação e transplante de órgãos e tecidos. Além disso, é necessária confiança da população no sistema de saúde, assim como em seus profissionais, e isto é possível pelo processo de educação sobre tema, por intermédio de profissionais qualificados, de campanhas governamentais e instituições de ensino, especialmente aquelas onde há cursos da área de saúde.

Ademais, o presente estudo busca incentivar a elaboração de políticas públicas e a implementação de ações educativas para disseminação de informações, de forma que o tema seja discutido em vários âmbitos sociais, como família, escolas, universidades e serviços de saúde, a fim de diminuir a recusa familiar à doação.

Referências

ANDRADE, Taciana Palmeira. **Doação de órgãos post mortem**: a viabilidade de adoção pelo sistema brasileiro da escolha pelo doador do destinatário de seus órgãos. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS (ABTO). **Dimensionamento dos Transplantes no Brasil e em cada estado (2010-2017)**, Registro Brasileiro de Transplante. São Paulo: ABTO, 2017. Disponível em: <http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2017/rbt-imprensa-leitura-compressed.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS (ABTO). **Dimensionamento dos Transplantes no Brasil e em cada estado (2012-2019)**. Registro Brasileiro de Transplante. Registro Brasileiro de Transplante. São Paulo: ABTO, 2019. Disponível em: <http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2019/RBT-2019-leitura.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS (ABTO). **Diretrizes Básicas Para Captação e Retirada de Múltiplos Órgãos e Tecidos da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos**. São Paulo: ABTO, 2009. Disponível em: <http://www.abto.org.br/abtov03/upload/pdf/livro.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

BEDENKO, R. C. *et al.* Análise do conhecimento da população geral e profissionais de saúde sobre doação de órgãos após morte cardíaca. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 285-293, 2016. DOI <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20160043>

BOUSSO, R. S. O processo de decisão familiar na doação de órgãos do filho: uma teoria substantiva. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 45-54, jan./mar. 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000100005>

BRANDÃO, T. S.; MOTA, N.; PIZZOLATO, A. S. Conhecimento de estudantes de ensino médio da rede particular e pública a respeito de transplante e doação de órgãos e tecidos. **Revista Amazônia Science & Health**, Gurupi, v. 4, n. 1, p. 2-9, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/2/article/view/182>. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 9.175, de 18 de outubro de 2017. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 18 out. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/164855918/dou-secao-1-19-10-2017-pg-2/pdfView>. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 fev. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10211.htm. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde lança campanha “Doe órgãos. A vida precisa continuar”. **Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde**. Notícias. 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/ministerio-da-saude-lanca-campanha-doe-orgaos-a-vida-precisa-continuar/>. Acesso em: 7 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução CFM n.º 2.173, de 15 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**: seção 1, ed. 240, p. 50-275, Brasília, DF, 15 dez. 2017. Disponível em: http://sctransplantes.saude.sc.gov.br/phocadownload/Legislacao/Leis_Portarias_Resolucoes/Resolucoes/Resolucao_2173_2017_criterios_morte_encefalica.pdf. Acesso em: 7 out. 2021.

DALBEM, G. G.; CAREGNATO, R. C. A. Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante: Recusa das Famílias. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 728-735, out./dez. 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000400016>

FELIX, M. B.; SANTOS, W. L. Conhecimento da população do município de Valparaíso de Goiás sobre o processo de doação de órgãos para transplantes. **REVISA**, Goiás, v. 4, n. 1, p. 3-10, 2015. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/227>. Acesso em: 7 out. 2021.

FREIRE, I. L. S. *et al.* Estrutura, processo e resultado da doação de órgãos e tecidos para transplante. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 68, n. 5, p. 837-845, set./out. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680511i>

GARCIA, Clotilde Druck. **Manual de Doação e Transplantes**: Informações práticas sobre todas as etapas do processo de doação de órgãos e transplante. Porto Alegre: Libretos, 2017. Disponível em: <http://uap.heufpel.com.br/wp-content/uploads/sites/6/2016/12/Manual-dos-Transplantes-ok.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

GONÇALVES, T. B. *et al.* Avaliação do conhecimento da população sobre morte encefálica. **Rev. Bras. Clin. Med.**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 318-21, jul./ago. 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2012/v10n4/a3040.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

MARINHO, B. B. O. *et al.* Challenges of organ donation: potential donors for transplantation in an Area of Brazil's Northeast. **Transplantation proceedings**, [s.l.], v. 50, n. 3, p. 698-701, 2018. DOI 10.1016/j.transproceed.2018.02.055

MORAIS, T. R.; MORAIS, M. R. Doação de órgãos: é preciso educar para avançar. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 633-639, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ck6LW4TkDqNpY88YwZ4dPVq/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2021.

ROSÁRIO, E. N. *et al.* Recusa familiar diante de um potencial doador de órgãos. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 260-266, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/FRtv4MqBD37dqTZNhrrLTj/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 7-8, abr./jun. 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

SOUZA, C. C. *et al.* Conhecimento da população brasileira acerca da doação órgãos e tecidos para transplantes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s.l.], v. 56, n. 56, 2020. Suplemento. DOI 10.25248/reas.e4471.2020

TEIXEIRA, R. K. C.; GONCALVES, T. B.; SILVA, J. A. C. Is the intention to donate organs influenced by the public's understanding of brain death? **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 258-262, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23917827/>. Acesso em: 7 out. 2021.